

STJ00115286

Gabriel Percegon Santos

**PRECEDENTES JUDICIAIS
E O DIREITO DE FAMÍLIA**
REFLEXÕES A PARTIR DA MULTIPARENTALIDADE

Appris
Editora

Editora Appris Ltda.

1ª Edição - Copyright© 2022 do autor

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nº 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Bibliotecária CRB 9/870

1623771

Santos, Gabriel Percegon
S237p
2022
Precedentes judiciais e o direito de família reflexões a partir da
multiparentalidade / Gabriel Percegon Santos. - 1. ed. - Curitiba :
Appris, 2022.
259 p. ; 23 cm. - (Direito e constituição).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-250-2579-7

1. Direito de família. 2. Precedentes judiciais. I. Título. II. Série.

CDD - 347

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
Editora

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês
Curitiba/PR - CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br

Printed In Brazil
Impresso no Brasil

SUMÁRIO

1	
INTRODUÇÃO	19
2	
APROXIMAÇÃO TEÓRICA AOS PRECEDENTES JUDICIAIS	25
2.1 BREVE INTRODUÇÃO À TEORIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS	28
2.1.1 <i>Common Law</i> inglês	29
2.1.2 <i>Common Law</i> estadunidense	40
2.2 PRECEDENTES NO BRASIL: ARGUMENTOS PARA SUA ADOÇÃO	45
2.2.1 Argumentos favoráveis	46
2.2.2 Argumentos contrários	54
2.2.3 Panorama acerca dos precedentes judiciais no Brasil	59
2.2.4 Elementos do precedente: <i>ratio decidendi</i> , <i>obiter dictum</i> , <i>distinguishing</i> e <i>overruling</i>	71
3	
PERCURSOS TEÓRICOS-JURÍDICOS DA MULTIPARENTALIDADE	77
3.1 O RECURSO 898.060/SC ENQUANTO PRECEDENTE JUDICIAL	110
3.2 A VISÃO DA MULTIPARENTALIDADE NO STF	112
3.2.1 Os fundamentos determinantes do precedente judicial	128
4	
IMPACTOS DO RECURSO 898.060/SC NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS	137
4.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	139
4.2 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	142
4.2.1 Da incorreta aplicação da teoria dos precedentes obrigatórios	143
4.2.2 Da correta aplicação da teoria dos precedentes obrigatórios	170
4.2.3 As interpretações do precedente	176

5

PERSPECTIVAS SOBRE O RESPEITO AOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO DIREITO DAS FAMÍLIAS	213
5.1 PRECEDENTES E O DIREITO DAS FAMÍLIAS	213
5.2 HÁ UMA CULTURA DE RESPEITO AOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO DIREITO DAS FAMÍLIAS?	218
5.3 CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PRECEDENTES	225
5.3.1 Ensino jurídico	226
5.3.2 Fomento à visão institucional do magistrado	229
5.3.3 Desenvolvimento de instrumentos de <i>accountability</i>	230
5.3.4 Redução da importância das súmulas	232
6	
CONCLUSÃO	235
REFERÊNCIAS	241